

Impasse na Constituinte prejudica negociação da dívida em Nova York

PAULO FRANCIS

De Nova York

O ministro Mailson da Nóbrega fala hoje em Caracas sem que tenha havido progresso concreto nas negociações da dívida brasileira com os banqueiros, FMI e Clube de Paris. Era plano —“estava combinado”— que ele discursaria (numa reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento) com tudo já alinhado entre os negociadores brasileiros e os banqueiros, nos termos que o próprio ministro definiu numa coletiva em Brasília: o Brasil pagaria os juros anuais da dívida por oito anos e capitalizaria US\$ 5,8 bilhões dos montantes de 1987 e 1988, isto é, estes juros seriam incorporados ao principal da dívida.

Nada foi feito. A explicação oficial é de que “detalhes estão sendo finalizados”. A real é que a Constituinte ainda não decidiu o sistema de governo do Brasil, a duração e qualidade do mandato de José Sarney. Este, já paralisantemente indeciso pela própria natureza, quer a todo custo, contra a vontade da maioria esmagadora do público, permanecer até 1989 na presidência, posição para que nem sequer no arranjo ditatorial de 1985 foi eleito, porque deveria ter sido vice-presidente, cargo honorário. E não vai tomar decisão alguma na dívida externa antes do veredito da Constituinte. Enquanto isso, o Brasil afunda economicamente em hiperinflação, estatismo galopante e queda de produção que tornam certa uma recessão seríssima e talvez até uma grande depressão.

Logo, o que quer que Mailson diga, é papo furado, ao menos até a decisão da Constituinte. Esta, se refletisse a vontade popular, promoveria eleições presidenciais —e parlamentares— este ano, já que o presidente é ilegítimo e os parlamentares foram eleitos na empulhação do Plano Cruzado 1, e houvesse uma escolha dos eleitores este ano a composição do Congresso não seria por certo a atual.

É desnecessário acrescentar que a Constituinte não tomará qualquer dessas decisões.

Num suspense que já se arrasta na indolência —premiada com polpudas diárias— e indecisão há três semanas, fala-se de um “acordão”, que seria mudar o sistema de governo do país, com Ulysses Guimarães como primeiro-ministro, Sarney reteria sua sinecura de presidente em parlamentarismo, e o PMDB e aliados teriam seu grande objetivo realizado, ou temor aliviado: impe-

diriam que Leonel de Moura Brizola concorresse à presidência em 1988. E com o tempo ganho e sistema trocado poderiam forrar seus currais eleitorais para 1989. No parlamentarismo, ainda há a vantagem de que a “opção Brizola” seria mais improvável, porque não é do feitio e do estilo do ex-governador do Rio trabalhar com equipes partidárias.

Enquanto estes cambalachos são arranjados em Brasília, a nossa situação externa permanece digna

de pena. Nem mais negociadores com autoridade o Brasil tem em Nova York. O novo presidente do Banco Central, Elmo Camões, a julgar por afirmações suas à imprensa, ainda é mais despreparado para o cargo do que seu predecessor, Fernando Milliet, cujas declarações a jornalistas pareciam saídas de algum “sketch” de Chico Anísio ou Jô Soares.

O Brasil “adia” decisões importantes sobre suas finanças externas

desde 1985, ou seja, desde a emergência de Sarney, que, em menos de três anos de mandato, já teve quatro ministros da Fazenda e quatro presidentes do Banco Central, sem que tenham sido estabelecidas sequer —à parte fanfarronadas irrelevantes— diretrizes concretas para lidar com nossos credores externos. Confusão, hiperinflação, estatização e recessão são as bandeiras visíveis do que já se chamou Nova República.